

O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Shirleyanne Santos Aquino

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer (SEEC/RN)
shirleyanneaquino@gmail.com

Claudia Rejane Alves de Góis

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer (SEEC/RN)
claudiarejane7976@gmail.com

Nadja Daniella Oliveira

Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer (SEEC/RN)
nadja-caraubas@hotmail.com

Introdução

Este estudo aborda o Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma estratégia para garantir a permanência dos alunos da educação especial na escola regular. A problemática que se insere a pesquisa é: como o Plano Educacional Individualizado (PEI) é abordado pela literatura acadêmica enquanto estratégia de permanência para estudantes com necessidades educacionais especiais na educação básica? Sob essa perspectiva, o objetivo geral busca **analisar como o Plano Educacional Individualizado (PEI) se vincula às ações de permanência escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais na educação básica a partir de artigos da plataforma Scielo**. Objetivos específicos: a) abordar os desafios e potencialidades identificadas na aplicação do PEI como ferramenta de inclusão escolar, a partir do que tratam os artigos da plataforma Scielo; e, b) investigar as estratégias vinculadas ao PEI que contribuem para a permanência escolar de alunos com NEE em estudos publicados na plataforma Scielo.

Esta pesquisa justifica-se por sua relevância e por embasar políticas de inclusão, tendo o PEI como estratégia para a permanência escolar de alunos da educação especial e promovendo uma educação equitativa. Aos aspectos metodológicos, escolheu-se a abordagem qualitativa, pois “não nos preocupamos com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social [...]” (Silveira; Córdova, 2009, p. 33). Aos procedimentos, optou-se pela pesquisa bibliográfica confirmando-a como fundamental na construção científica, principalmente em temas

pouco estudados, auxiliando na criação de hipóteses ou compreensões iniciais para futuras investigações (Lima; Mioto, 2007) e tendo como fonte de pesquisa a plataforma Scielo.

Desenvolvimento

Nas últimas décadas, o país avançou com ações inclusivas em busca da diversidade e equidade nas escolas, contudo há ainda muitas questões para ser problematizadas nesta seara. O Plano Educacional Individualizado (PEI), nesse sentido, é uma ferramenta estratégica-chave para a garantia da continuidade e do sucesso escolar dos estudantes com algum tipo de deficiência. O presente texto aborda as políticas para inclusão no Brasil, as ações para a permanência escolar na educação básica e a função do PEI enquanto uma ação concreta para a efetivação da educação inclusiva e de qualidade.

a) Políticas de inclusão no Brasil

A política pública é um conjunto de ações do Estado para atender às necessidades da sociedade e buscar o bem comum. Segundo Matiskei (2004), sua formulação é um processo complexo, envolvendo múltiplos fatores, interesses e valores. Mesmo visando o bem comum, as políticas públicas refletem a dinâmica de interesses conflitantes e as diversas condições socioeconômicas e políticas da sociedade. Nesse contexto, segundo Matiskei (2004), a escola como instituição social é vista como uma entidade responsável por promover a inclusão ou minimizar a exclusão social. “É na escola que a gestão educacional faz ecoar os seus princípios, é nela que se materializam as políticas e os programas governamentais” (Matiskei, 2004, p. 188).

A escola está imersa nesse processo complexo de mobilização e implementação de políticas públicas que visam atender a pluralidade presente no espaço escolar. Nesse sentido podemos citar as políticas de inclusão para pessoas com deficiência, que têm avançado consideravelmente ao longo do tempo. Contudo, apesar dos avanços históricos e legais, ainda existem desafios quanto à permanência dos alunos da educação especial, pois a inclusão vai além da matrícula e do acesso à escola, sendo essencial garantir condições para que eles permaneçam no ambiente escolar.

b) Estratégias de permanência escolar na Educação Básica

O PNAD (Plano Nacional de Avaliação do Desenvolvimento) contínua 2023 informa que 54,5% da população com 25 anos ou mais concluiu o ensino médio, enquanto 45,5% dessa mesma faixa etária não o fizeram (IBGE, 2023). No ano de 2023,

94,6% das crianças de 6 a 14 anos frequentavam o ensino fundamental, com retração de 0,6 pontos percentuais em relação a 2022. Tais dados destacam a importância das estratégias que garantam a permanência escolar e o combate à evasão escolar. Estratégias de permanência são ações pedagógicas, políticas e sociais que objetivam evitar a evasão apoiando o desenvolvimento intelectual e social do aluno, e assim, garantir a inclusão através da igualdade de oportunidades (Branco et al. (2024).

O relatório do INEP (2023) mostra que fatores socioeconômicos, escolares e culturais influenciam na permanência escolar. A pobreza, o trabalho infantil e a falta de recursos em famílias vulneráveis dificultam o acesso e a continuidade na educação. Outro ponto relevante observado é que a qualidade das escolas, com boa infraestrutura e formação continuada de professores, melhora os índices de retenção escolar. Além disso, fatores culturais, como a valorização da educação e a superação de preconceitos, são essenciais para a inclusão educacional, como enfatizado por Freire (1996).

Neste estudo observou-se que as estratégias de permanência não apenas garantem a continuidade na educação básica, mas também preparam os alunos para a educação superior, conforme evidenciado por Fossatti e Jung (2019), que evidenciam a importância dessas estratégias para a trajetória acadêmica dos estudantes.

c) *O Plano Educacional Individualizado (PEI) como ação estratégica de permanência na educação básica.*

Além dos direitos anteriormente mencionados, o Plano Educacional Individualizado (PEI) é o documento que delineia o percurso educacional de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) garantindo seu direito à educação e promovendo a aprendizagem efetiva do estudante (Tannús-Valadão; Mendes, 2018).

O PEI oferece condições adequadas de aprendizado para alunos com deficiência no ensino comum, aproximando-os de maneira equitativa sem o afastar da dinâmica regular da escola. O PEI é “[...] uma estratégia para a organização de uma proposta curricular que assiste os alunos com necessidades educacionais [...]” e, também, “[...] é um instrumento de mediação de aprendizagem de alunos com necessidades especiais em situação de inclusão” (Glat; Plestch, 2013, p. 37). Plestch e Glat (2012) ressaltam que, apesar das baixas expectativas de alguns professores, o PEI permite um planejamento pedagógico personalizado, trabalhando as potencialidades de cada aluno envolvendo uma rede colaborativa de professores e famílias.

Conclusões

A inclusão educacional no Brasil avançou consideravelmente nas últimas décadas. No entanto, ainda enfrentamos barreiras estruturais e culturais para o pleno acesso e permanência de todos os alunos, particularmente aqueles com necessidades educacionais especiais, no ambiente escolar. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) surge como um instrumento estratégico não apenas na conquista da equidade e qualidade da educação, mas também no respeito às especificidades de cada um deles.

A análise das políticas públicas de inclusão e estratégias de retenção escolar destaca que a coordenação de ações que integrem os diferentes agentes participantes do processo educacional é um aspecto central para administradores, professores, famílias e toda a comunidade. O PEI, enquanto uma ação concreta e personalizada, reafirma o compromisso com a aprendizagem significativa e a superação de barreiras que muitas vezes limitam o potencial dos alunos com deficiência.

Dessa forma, construir uma escola inclusiva e democrática não está só relacionada a ampliação e o acesso, mas também articular processos de aprendizagens equitativa, diversa e solidária, em que as diferenças possam ser reconhecidas como parte do processo de aprendizagem e cidadania.

Principais Referências

BRANCO, Emerson et al. “Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15 n. 34, p. 133-155, mai/ago, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/34781>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FOSSATTI, Paulo; JUNG, Hildegard Susana. Estratégias para a permanência na educação básica e na educação superior. **Perspectiva**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 654–672, 2019. DOI: 10.5007/2175-795X.2019.e51925. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e51925>. Acesso em: 27 jan. 2025.

GATTI, Bernadete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil Cotemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 113, p. 65–81, jul., 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/VVXgbRbzwLTLZvmYSL6M9b/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. **Políticas públicas de inclusão educacional**: desafios e perspectivas. Educar, Curitiba, n. 23, p. 185-202, 2004. Editora UFPR.

PLETSCH, Márcia Denise; GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 18, n. 35, p. 193–208, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3847>. Acesso em: 09 jan. 2025.

VALADÃO, Gabriela Tannús. **Plano educacional individual utilizado na educação especial**: Propostas oficiais adotadas pela Itália, França, Estados Unidos e Espanha. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.